

Aprovadas PEC dos Vereadores e regularização de municípios

Limite à compra de bancos obriga MP a voltar à Câmara

Acolhida doação de alimentos a quatro países

Sistema viário do país pode ter novas diretrizes

Em sessão iniciada na manhã de ontem e que se prolongou pela madrugada de hoje, Plenário aprovou várias propostas. Às 3h20 de hoje, os senadores ainda discutiam a criação do Fundo Soberano. **4 e 5**

Marcia Mariz



Gerardo Magêlo

Entre Renato Casagrande (E) e Inácio Arruda, Garibaldi preside sessão do Senado marcada por embates entre senadores da base governista e da oposição sobre o projeto que institui o Fundo Soberano

Relator quer fundir impostos e simplificar sistema tributário

Francisco Dornelles afirma que o IVA-Nacional, por ele sugerido, é mais amplo do que o IVA-Federal defendido pelo governo. **7**

Congresso Nacional vota hoje às 10h Orçamento para 2009

Com a votação do parecer sobre 249 destaques, exame da proposta foi finalizado na Comissão Mista de Orçamento. **3**

Acordo garante rapidez no envio de dados sobre pedófilo

Termo de compromisso firmado na CPI da Pedofilia por três telefônicas prevê o fornecimento à autoridade, em 24 horas, de dados sobre pessoa investigada por crime na internet contra menor, no caso de risco à vida de jovem ou adolescente. **6**



Márcia Kallume

Magno Malta (D), ao lado de Eduardo Azeredo e Paulo Paim, diz que iniciativa facilitará o combate à pornografia infantil

Supremo Tribunal Federal indeferiu pedido de cinco estados para que fosse suspensa a aplicação da Lei 11.738/08 no que se refere ao pagamento do salário-base de R\$ 950 já a partir de janeiro de 2009

STF determina entrada em vigor do piso nacional de professores

O SUPREMO TRIBUNAL Federal (STF) decidiu ontem que o piso nacional dos professores previsto na Lei 11.738/08 deve entrar em vigor em 1º de janeiro de 2009 e que o aumento do tempo de planejamento de aulas para um terço da carga horária de trabalho do professor, também previsto na lei, ficará suspenso até o julgamento do mérito da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) impetrada por cinco estados.

Governadores de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará questionam dispositivos da lei que define novas regras para o magistério e solicitaram ao STF liminar suspendendo seus efeitos até o

julgamento do mérito da ADI.

O ministro-relator, Joaquim Barbosa, caracterizou como “justa expectativa” o anseio dos professores pelo aumento.

“Não é crível presumir que os estados se oponham à melhoria das condições educacionais. Há estados que já se enquadravam no piso e outros terão que reformular a estrutura de suas carreiras de magistério, podendo adotar o entendimento de que o piso compreende não só o salário básico, como as vantagens e os adicionais”, destacou Joaquim Barbosa em seu voto.

O Supremo também determinou que o piso não pode ter efeitos retroativos e que a lei será implementada progres-

sivamente em 2009.

“Não se pode falar em valorização da educação no país sem a instituição de um piso digno para os professores”, argumentou o ministro Carlos Ayres Britto, acompanhando o voto do relator.

Quanto à nova carga horária, a liminar pedida pelos estados foi deferida em razão das especificidades do assunto, que, segundo os ministros, exige uma discussão de mérito mais aprofundada.

O advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, lembrou que a União ajudará os estados que comprovarem a falta de recursos para aumentar os salários dos professores.

Edifício recebe o nome do ex-senador Antonio Farias

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, inaugurou na manhã de ontem placa denominando Edifício Senador Antonio Farias a sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal.

Participaram também da cerimônia os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marco Maciel (DEM-PE), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), além do ex-senador Ney Maranhão.

Para Garibaldi, Antonio Farias foi vitorioso tanto como político quanto como empresário. Ele ressaltou a atividade empresarial de Antonio Farias no Rio Grande do Norte:

– Estamos certos de que prestamos não apenas uma homenagem, mas fazemos justiça a um grande pernambucano, que desapareceu muito jovem, aos 54 anos. Ele poderia ter feito muito mais por sua terra e pelo seu país. Foi, sobretudo, um trabalhador e um empresário vitorioso.



Iniciativa do Programa Senado Verde visa à conscientização ambiental dos servidores da Casa

Concurso premia fotógrafos vencedores

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, conduziu ontem o evento de premiação do Concurso de Fotografias do Legislativo Federal – o Meio Ambiente no Planalto Central. Trata-se de uma iniciativa do Programa Senado Verde em parceria com o EcoCâmara, o TCU Ecologicamente Correto e o Sindilegis, que pagou prêmios de R\$ 1.500 para o 1º lugar, de R\$ 1.000 para o 2º, e de R\$ 500 para o 3º lugar, nas categorias plástica e mérito.

O concurso foi organizado com o objetivo de sensibilizar os funcionários para as questões ambientais e a

necessidade de adoção de medidas para preservar o planeta.

Na solenidade, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente de honra do Programa Senado Verde, saudou os vitoriosos, dizendo que eles são quem tornavam aquele momento tão significativo.

Na categoria plástica, foram premiados Alessandro de Souza (1º lugar), Alessandro Escudeiro (2º) e Raimundo José Alves (3º). Na categoria mérito, os premiados foram: Joel Silva (1º lugar), Rogério Souza (2º) e João José de Castro Júnior (3º).

90 alunos concluem pós-graduação da Unilegis

Após 18 meses de estudos, 90 alunos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) receberam na noite da última terça-feira o diploma de especialização. Ao todo, 122 servidores de

órgãos públicos matricularam-se nos cursos de Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo, sendo que 75% deles concluíram o curso. A pós-graduação *lato sensu* teve

a parceria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Criada em 2001, a Unilegis deve receber credenciamento junto ao MEC ainda no primeiro semestre de 2009.



O diretor-geral do Senado (4º à esq.), Agaciel Maia, preside cerimônia de entrega de diploma de especialização a alunos da Unilegis

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

CCT analisa produção de clones

Às 9h a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa projeto que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Ainda na pauta, sete propostas que tratam de autorização para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Juiz da Corte de Haia fala à CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza às 10h audiência pública para ouvir o juiz Antônio Augusto Cançado Trindade, eleito para o Tribunal Internacional de Haia. O juiz deverá falar sobre sua eleição para a Corte de Haia e sua experiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

CAE vota concurso da Mega-Sena para SC e debate situação econômica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove reunião às 10h, em dois momentos. No primeiro, analisa três itens, entre eles o projeto que determina a realização de concurso da Mega-Sena destinado às vítimas das enchentes do estado de Santa Catarina. Em seguida o colegiado realiza audiência para debater as últimas decisões do Copom e o balanço da política monetária e cambial, com exposição do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

CCJ decide hoje sobre Conselho de Defesa Comercial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reabre às 10h a audiência pública sobre as cotas para ingresso nas universidades e escolas técnicas federais. Às 14h a CCJ vota substitutivo ao projeto que institui o Conselho de Defesa Comercial, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes para aplicar direitos *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas. A comissão analisa ainda a criminalização da omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos pornográficas envolvendo criança ou adolescente.

Na CI, biodiesel e plano de viação

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina 12 itens a partir das 10h. Entre eles, o projeto sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, que estabelece linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas. A comissão analisa ainda dois projetos que alteram o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Ferrovias, os trechos que especificam.

Regimento Interno

A Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado reúne-se às 11h para debater propostas para revisão do Regimento.

Presidência

Garibaldi Alves recebe às 11h visita do embaixador da China. Participa às 13h do almoço oferecido pelo presidente da República ao presidente de Cuba. Às 16h preside a ordem do dia.

Plenário

Às 14h a sessão é deliberativa.

Congresso se reúne às 10h para votar Orçamento do próximo ano

O Congresso Nacional se reúne hoje, às 10h, para votar o projeto de lei orçamentária de 2009. O exame da proposta foi finalizado ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO) com a votação do parecer sobre os 249 destaques apresentados – 12 foram integralmente aprovados, 23 tiveram aproveitamento parcial e o restante foi rejeitado.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, chegou a abrir a sessão do Congresso por volta das 14h de ontem para votar o texto, mas resolveu suspendê-la para esperar a conclusão de negociações em torno da proposta.

Uma alteração deve corrigir o que está sendo apontado como um erro que teria privado o Ministério da Previdência Social de R\$ 1,7 bilhão para custeio de benefícios. Pelo lado da receita, devem ser previstos mais R\$ 2,5 bilhões nos cofres do governo

no próximo ano, como resultado da venda de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Os esclarecimentos sobre os ajustes foram prestados pelo vice-líder do governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG). A jornalista, ele disse que havia alertado sobre os dois “problemas” desde a noite de terça-feira, porém, afirmou, “não quisera acreditar”. O deputado adiantou que as receitas com a venda de terrenos e imóveis da RFFSA vão compor a reserva de estabilização fiscal prevista no parecer preliminar do senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator-geral do Orçamento. Caberá ao Ministério do Planejamento, segundo Delcídio, decidir a alocação desses recursos para recompor as perdas impostas aos ministérios que sofreram cortes de custeio definidos no relatório final.

Ministérios

A votação do relatório deveria ter sido encerrada, na CMO, na noite de terça-feira, mas os trabalhos emperraram depois que o relator-geral confirmou ser impossível acatar pedidos de destaque apresentados por parlamentares da base aliada. A intenção deles era, sobretudo,

garantir a recomposição de dotações do Ministério da Ciência e Tecnologia, de R\$ 1,6 bilhão, e do Ministério da Educação, no valor de R\$ 1,3 bilhão, que haviam sido retiradas da peça orçamentária após os cortes nos gastos programados pelo governo, motivados por perda de receitas decorrente da crise econômica e para dar suporte às emendas parlamentares.

Gilmar Machado defendeu a suspensão do exame dos destaques para que a CMO encontrasse novas fontes de receitas que atenderiam os dois ministérios. Em entrevista, ontem, ele apresentou cópia de ofício do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, atestando que o Orçamento de 2008 inclui R\$ 3 bilhões de receitas com a venda dos imóveis da RFFSA. Como as operações ainda não foram concluídas, explicou, os recursos deveriam ter sido considerados

no Orçamento de 2009, o que não aconteceu.

De acordo com Gilmar Machado, o patrimônio da RFFSA inclui terrenos e imóveis de grande valor em diversos estados. Há terrenos, prédios residenciais e não residenciais, inclusive sedes de antigas estações. Embora avaliados em R\$ 3 bilhões no Orçamento atual, ele disse que o valor foi reduzido para R\$ 2,5 bilhões, já considerando possível desvalorização dos ativos em decorrência da crise. Explicou que os recursos do fundo a ser criado seriam distribuídos aos ministérios ao longo da execução orçamentária de 2009, conforme critérios do Ministério do Planejamento, que será o gestor do fundo.

Com relação ao corte de R\$ 1,7 bilhão no custeio da Previdência, Gilmar Machado salientou que a correção é necessária porque não pode haver comprometimento de pagamento de benefícios previdenciários.

Segundo o deputado, em relação ao custeio da Previdência, será apresentada errata ao Plenário do Congresso. Mas acrescentou que os ajustes que estão sendo feitos são compatíveis com o “esforço que todo mundo está fazendo” para se adequar ao cenário imposto pela crise.

Venda de imóveis da RFFSA deve garantir receita adicional de R\$ 2,5 bilhões nos cofres do governo



Em reunião com a presença de 17 senadores, PMDB anuncia decisão de respaldar candidatura de Garibaldi (C)

PMDB apóia Garibaldi para a Presidência do Senado

Senador apresenta pareceres de três juristas segundo os quais ele poderá se candidatar ao cargo por haver sido eleito para um mandato-tampão

OS 17 INTEGRANTES da bancada do PMDB no Senado presentes à reunião realizada no início da tarde de ontem declararam apoio à candidatura do senador Garibaldi Alves para a Presidência da Casa no próximo biênio. Animado por esse respaldo, e munido de três pareceres jurídicos favoráveis ao seu pleito, Garibaldi anunciou, logo após a reunião, que vai a campo para obter os votos necessários à sua recondução.

– Agora é trabalhar pelos votos fora do partido – anunciou o senador, que foi eleito em 12 de dezembro do ano passado, com

68 votos favoráveis, 8 contrários e 2 abstenções, para cumprir os 14 meses restantes do segundo mandato, de dois anos, de Renan Calheiros (PMDB-AL), depois de este último renunciar ao cargo.

Segundo o próprio Garibaldi, sua escolha como pré-candidato para o biênio 2009-2010 foi antecedida de uma consulta ao senador José Sarney (PMDB-AP), que recebeu apelos de todos os presentes para se candidatar. Com a recusa de Sarney, e também de Pedro Simon (PMDB-RS), os peemedebistas passaram ao debate dos possíveis entraves

jurídicos a uma nova eleição de Garibaldi. O PT entende que o Regimento Interno do Senado impede a reeleição do presidente para mandatos subsequentes.

Garibaldi então apresentou pareceres dos juristas Francisco Rezek, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Manoel Gonçalves Ferreira Filho; e Diogo de Figueiredo Moreira Neto. Basicamente, eles afirmam que Garibaldi foi eleito para um mandato-tampão, o que o exclui da regra restritiva de reeleição subsequente.

Raupp anuncia candidatura, questionada por Demostenes

Durante a sessão deliberativa de ontem, o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), comunicou ao Plenário a decisão do PMDB de lançar Garibaldi Alves como candidato à Presidência do Senado pelo partido para o período de 2009 a 2011.

Na ocasião, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) elogiou a gestão de Garibaldi – que presidia a sessão – à frente da Mesa do Senado, mas afirmou ter dúvidas quanto à validade jurídica da reeleição do colega. De acordo com ele, o artigo 57, parágrafo 4º, da Constituição, diz ser “vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”.

– Aparentemente, vossa excelência não pode disputar. Se pudesse, teria meu voto. Respeito a postura e a postulação de vossa excelência, mas não sei se vossa excelência pode, juridicamente, ser candidato. Pode acontecer de vossa excelência,



Raupp (foto ao alto) apóia Garibaldi. Demostenes (acima) teme impugnação

se eleito, ter sua eleição anulada pelo STF – frisou.

Renato Casagrande (PSB-ES) salientou que seu partido respeita a decisão do PMDB, mas afirmou que o PSB já decidiu apoiar a candidatura de Tião Viana (PT-AC). Casagrande disse estar preocupado com a possível “judicialização” do caso, visto que a reeleição poderá ser questionada junto ao Supremo Tribunal Federal.

Pedro Simon lembrou que o deputado Ulysses Guimarães e o senador Antonio Carlos Magalhães foram reeleitos. Ele recordou que, na época da reeleição de Ulysses Guimarães à Presidência da Câmara, se argumentou que isso aconteceria em legislatura diferente. Simon leu, na íntegra, o parágrafo 4º do artigo 57 da Constituição, citado por Demostenes, e observou que Garibaldi não foi eleito no início de uma legislatura para um mandato de dois anos.

Lacunas na Constituição e exceções à regra

Os pareceres que apóiam a tese da reeleição do atual presidente do Senado, Garibaldi Alves, em 1º de fevereiro de 2009, são unânimes em apontar as lacunas sobre o assunto presentes na Constituição. Segundo os juristas Francisco Rezek, Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, consultados por Garibaldi, essas brechas têm facilitado as exceções à proibição de que um presidente seja reeleito para mandato subsequente.

Em carta endereçada aos integrantes da bancada do PMDB no Senado, Garibaldi afirma que os pareceres concluem enfaticamente: “Não há vedação constitucional à minha nova eleição para presidente do Senado”.

Os três pareceres concordam com a tese de que, mesmo considerando-se os termos do artigo 57 da Constituição, o atual presidente do Senado ascendeu ao cargo por força de uma eleição ocorrida em circunstâncias atípicas. Isto é, faltavam 14 meses a serem cumpridos de um mandato interrompido pela renúncia de Renan Calheiros. Assim, as restrições não se aplicariam a uma nova eleição de Garibaldi Alves.



Garibaldi (ao microfone) suspendeu a sessão do Congresso à espera de acordo

Sessão iniciada ontem pela manhã se prolongou pela madrugada de hoje, quando os senadores ainda discutiam o projeto do Executivo que instituiu o Fundo Soberano. Suplentes de vereadores de todo o país lotaram as galerias para acompanhar a votação de proposta que será promulgada hoje

Plenário aprova PEC dos Vereadores e regularização de 57 municípios

O PLENÁRIO DO Senado aprovou na madrugada de hoje, depois de longa discussão, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/08, que cria 24 faixas para o número de vereadores de acordo com a população dos municípios. Os municípios com até 15 mil habitantes terão nove vereadores, enquanto os municípios com mais de 8 milhões de moradores terão 55 vereadores. Os limites de gastos das câmaras de vereadores não foram modificados e um artigo prevê que a mudança valerá para os vereadores que tomarão posse no próximo mês. Com as mudanças, haverá mais 7.343 vereadores no país.

A proposta de emenda à Constituição foi aprovada depois de um acordo de líderes que permitiu a realização de sessões extraordinárias seguidas, contando prazos de votação – PEC precisa ser discutida por cinco sessões, em primeiro turno, e por três, em segundo turno. A emenda será promulgada pelo Congresso ainda hoje, entrando em vigor imediatamente.

Toda a discussão foi realizada com as galerias do Plenário do Senado lotadas de suplentes de vereadores, que estavam em Brasília desde o início da semana para a votação. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) tentou convencer os senadores a aprovar uma emenda ao projeto que proíbe as câmaras de aumentar seus gastos em 2009, comparando-se com 2008. Se fosse votada, no entanto, o projeto teria de retornar ao exame dos deputados, para análise da mudança. A sugestão de Mercadante não chegou a ser

examinada.

Os senadores concordaram com parecer apresentado por César Borges (PR-BA) a uma proposta aprovada pelos deputados, mas com a supressão de um artigo que constava no projeto que chegou da Câmara. Existe entendimento de que supressão não significa alteração de conteúdo, desde que a proposta não seja desfigurada. César Borges transformará o artigo suprimido em uma nova emenda constitucional, que passará a tramitar imediatamente.

O artigo suprimido e transformado em novo projeto (conhecido como “proposta de emenda à Constituição paralela”) modifica os percentuais das receitas municipais que se pode destinar às câmaras de vereadores. O senador César Borges ponderou que decidiu sugerir a supressão por entender que os percentuais que constavam do projeto reduzem substancialmente os gastos de uma parte dos municípios com seus vereadores, chegando a inviabilizar o funcionamento de muitas câmaras municipais. Afirmou ainda que o artigo suprimido menciona valores em reais. Com o tempo, por causa da inflação, os gastos das câmaras acabariam alterados, mesmo sem acréscimo de população. Com a “emenda paralela”, o Congresso fará nova discussão sobre tais percentuais.

Regularização

Os senadores aprovaram, também em dois turnos, projeto que visa regularizar a situação de 57 municípios criados a partir de setembro de 1996. Trata-se de proposta de emenda à

Constituição (PEC 12A/04) que confirma a criação, a fusão e a incorporação daqueles municípios.

A proposição havia sido acatada em janeiro de 2006 pelo Senado e enviada à Câmara dos Deputados, onde foi votada no dia 3 deste mês, na forma de substitutivo. A PEC acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O relator da matéria na Comissão de Justiça, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que a Emenda Constitucional 15, de 1996, impôs restrições à criação de cidades, mas, mesmo assim, elas continuaram a ser criadas, sem o amparo da Constituição. Esses municípios, acrescentou o parlamentar, chegaram a realizar eleições e dar posse a prefeitos e vereadores. Mas correm o risco de retroceder à condição de distrito caso a matéria não seja definitivamente aprovada este ano.

Extrativista

Também na madrugada de hoje, o Plenário aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 56/01, que regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal no Regime Geral da Previdência Social. Pela PEC, que teve como primeira signatária a senadora Marina Silva (PT-AC), essa categoria terá direito à aposentadoria aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos, no caso das mulheres. A matéria, que já havia sido aprovada em primeiro turno em 12 de dezembro de 2007, foi acolhida agora por unanimidade e segue para análise da Câmara.

Doações para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica

A medida provisória que autoriza o governo brasileiro a doar arroz, leite e sementes de hortaliças para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, com o objetivo de atender às populações desses países afetadas por furacões, tempestades tropicais e inundações, foi aprovada ontem pelo Plenário.

Em sua justificativa, o governo argumenta que essas catástrofes provocaram desabastecimento e situação de risco para a população dos quatro países devido à falta de alimentos.

A MP 444/08 foi acatada sem modificações. Durante a votação, senadores da oposição apoiaram a ajuda humanitária, mas criticaram o governo pelo uso de medida provisória, em vez de por projeto de lei.

– Ninguém votaria contra e o projeto seria aprovado com rapidez – declarou Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

Azamorim Cavalcanti (PTB-RR) observou que os alimentos “já devem ter chegado aos quatro países”, enquanto Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo não tem sido ágil no socorro

aos flagelados das enchentes de Santa Catarina.

Outros parlamentares, como Sérgio Guerra (PSDB-PE), disseram que há fome em muitos municípios do Nordeste, mas o governo não fez propostas para amenizar a situação.

Eduardo Suplicy (PT-SP) foi o relator da MP e rejeitou várias emendas apresentadas pelos senadores. Lembrou que 75 senadores e 215 deputados federais assinaram mensagem ao presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, pedindo o fim do bloqueio econômico a Cuba – medida que iria melhorar a situação do país do Caribe, especialmente depois das inundações. João Pedro (PT-AM) ponderou que “Cuba foi praticamente destruída pelos furacões, por tempestades e inundações”.

Conab

A MP 444/08 autorizou o Brasil a doar até 45 mil toneladas de arroz beneficiado, até 2 mil toneladas de leite em pó e até 500 quilos de sementes de hortaliças. As doações de leite

e sementes ficam a cargo de dotações orçamentárias do Programa de Aquisição de Alimentos. Cabe à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fazer o transporte das mercadorias até o local de destino.

A situação de risco desses países, segundo o Executivo, foi detectada pelo Grupo Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (Giah), do Ministério das Relações Exteriores.

Orçamento

O governo argumentou ainda que a utilização dos estoques públicos de alimentos não acarreta despesa adicional ao Orçamento da União e tampouco prejudica a implementação e gestão desses estoques.

Como exemplo, o Executivo informa que, ao utilizar no máximo 120 mil toneladas dos estoques de arroz em casca para gerar o teto de 45 mil toneladas de arroz beneficiado, a doação representaria um custo de aproximadamente R\$ 80 milhões, equivalente a 3,5% da dotação orçamentária global existente.



Em sessão que se prolongou pela madrugada, senadores examinaram matérias consideradas polêmicas, como a PEC dos Vereadores e o Fundo Soberano

Escolhida a Comissão Representativa

O Plenário escolheu, na madrugada de hoje, os integrantes do Senado para a Comissão Representativa do Congresso Nacional. A comissão, integrada por sete senadores e 16 deputados, representará o Legislativo federal durante o período de recesso, de 23 deste mês a 1º de fevereiro de 2009.

No Senado, vão compor a comissão, pelo bloco da Minoria, Adelmir Santana (DEM-DF) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), como titulares, e Demostenes Torres (DEM-GO) e Eduardo Azeredo (PSDB-

MG), suplentes; pelo PMDB, Garibaldi Alves (RN) e Valdir Raupp (RO), como titulares, e Renan Calheiros (AL) e Romero Jucá (RR), suplentes.

O bloco da Maioria será composto por João Ribeiro (PR-TO) e Renato Casagrande (PSB-ES), como titulares, e Ideli Salvatti (PT-SC) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), como suplentes. Representando o PTB estão os senadores Epitácio Cafeteira (MA), titular, e Gim Argello (DF), suplente. O PDT escolheu até agora apenas o titular, Cristovam Buarque (DF).

CÂMARA ACATA INDICAÇÃO DE JOSÉ JORGE PARA O TCU

A Câmara dos Deputados ratificou ontem à noite a indicação, feita pelo Senado Federal, do nome do ex-senador José Jorge para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto de decreto legislativo que indica o ex-senador foi aprovado com 270 votos favoráveis, 60 votos contrários e 6 abstenções.

A indicação de José Jorge para o TCU foi aprovada na terça-feira pelo Senado, quando ele obteve 41 votos contra 34 na disputa com o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) para o cargo.

MP da compra de bancos é alterada pelo Senado

Após uma discussão que teve início pela manhã, o Senado aprovou na noite de ontem, com emendas, o Projeto de Lei de Conversão 30/08, oriundo da Medida Provisória 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. A matéria, com a qual o Executivo pretende dispor de mecanismos para combater os efeitos da crise financeira internacional, retornará para análise da Câmara dos Deputados.

Conforme acordo estabelecido entre os líderes partidários, que favoreceu a aprovação das emendas apresentadas pela oposição, a autorização para as aquisições é válida até 31 de dezembro de 2009, podendo ser prorrogada por até 12 meses, por decreto do presidente da República. O decreto de-

verá conter ainda justificativa circunstanciada da necessidade da prorrogação do prazo, acompanhado de relatório das operações realizadas, que será encaminhado para exame do Senado.

Tanto o Banco do Brasil como a Caixa terão de manter em seus sites eletrônicos informações atualizadas a respeito das futuras aquisições de empresas de construção civil, que deverão ocorrer apenas sob a forma de sociedades de propósito específico (SPEs), ou seja, em empreendimentos determinados, com uma participação que não poderá exceder a 40% do total das fontes de recursos financeiros da sociedade.

De acordo com o projeto, o BB e a Caixa poderão, diretamente ou por meio de subsidiárias, adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, incluindo empresas

dos ramos securitário, previdenciário e de capitalização. Para que as aquisições possam ser realizadas, as duas instituições terão de contratar empresas avaliadoras especializadas, cujos dirigentes não possam interesses nas empresas sujeitas a avaliação.

Convalidação

A constituição das subsidiárias integrais ou controladas previstas pelo projeto dependerá de convalidação pelo Senado, em um prazo de 180 dias. Pelo menos 20% do preço a ser pago em casos de aquisição de participação societária serão destinados a um depósito em conta aberta na instituição compradora como forma de cobrir eventuais passivos contingentes não-identificados.

Os senadores suprimiram do projeto emenda acrescentada pela Câmara que autorizava

a União a conceder, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), crédito especial de R\$ 3 bilhões às empresas que executam obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O projeto começou a ser discutido com a apresentação de relatório do senador Valter Pereira (PMDB-MS). Mas a matéria acabou sendo relatada em Plenário pelo líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), uma vez que Valter Pereira teve que retornar a Mato Grosso do Sul em virtude de compromissos profissionais.

À tarde, discutiram a proposta Alvaro Dias (PSDB-PR), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aloizio Mercadante (PT-SP), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), José Agripino (DEM-RN), Renato Casagrande (PSB-ES), Osmar Dias (PDT-PR), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Senadores autorizam a contratação de empréstimos

O Plenário do Senado aprovou ontem sete projetos de resolução autorizando a contratação de empréstimos. O primeiro (PRS 51/08) autoriza o município de Corumbá (MS) a contratar operação de crédito junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até US\$ 3,2 milhões. Os recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

– Esse é um projeto muito importante, que vai garantir cidadania e dignidade aos meus irmãos sul-mato-grossenses – disse o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Também foi aprovado o PRS 59/08, que autoriza a cidade de Goiânia a contrair empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

Duciomar Costa.

Estados

O estado de Sergipe poderá, aprovado o PRS 60/08, contrair empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 20,8 milhões, para financiar o Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª fase.

– O projeto terá grande repercussão social – afirmou o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

O governo do Acre (PRS 65/08) também poderá tomar empréstimo junto ao Bird, no valor de até US\$ 120 milhões, para financiar parcialmente o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Acre (Proacre). Tião Viana (PT-AC) comemorou a aprovação da matéria.

– Em geral, os empréstimos são voltados para obras, e o desenvolvimento humano acaba esquecido – observou o parlamentar acreano.

Operações aprovadas destinam-se ao financiamento de obras e de projetos sociais

financiar parcialmente o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Acre (Proacre). Tião Viana (PT-AC) comemorou a aprovação da matéria.

– O projeto terá grande repercussão social – afirmou o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

União

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também foi autorizado, com a aprovação do PRS 61/08, a contrair empréstimo de US\$ 1 bilhão junto ao BID para o financiamento a micro, pequenas e médias empresas.

Foi autorizado também empréstimo pela Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) junto à instituição alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau, no valor de 13,2 milhões de euros.

Projeto estabelece diretrizes para sistema de viação

Projeto que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação foi aprovado ontem pelo Plenário.

A proposta (PLC 18/00) também altera o Plano Nacional de Viação (PNV), para proporcionar a melhoria e a ampliação das rodovias, ferrovias, hidrovias, eclusas, portos e aeroportos brasileiros. A proposta tramita desde 1995, e agora volta para a apreciação da Câmara dos Deputados, pois o texto acatado no Senado é o substitutivo do relator Eliseu Resende (DEM-MG), que incluiu na matéria cinco emendas de senadores.

Para o relator, a aprovação da proposição significa um novo momento para o desenvolvimento econômico e para a integração nacional. O projeto contém a descrição geográfica e física das vias de transportes brasileiras existentes e das por serem construídas, e indica as bases administrativas do sistema.

Especialista em infra-estrutura, Eliseu Resende, ex-ministro dos Transportes, negociou, inclusive durante sua passagem pela Câmara, a elaboração de um novo mapa viário que contemple o conhecimento detalhado da estrutura vigente e de suas perspectivas. Assim, estabeleceu-se que a malha de rodovias federais abrangerá 120.491 quilômetros, sendo 45.597,40 ainda a serem construídos. Do total já aberto, 61.017,3 quilômetros são pavimentados e 13.876,3 ainda não têm asfalto. O governo federal deverá ser o responsável direto por 54.322 quilômetros, ou seja, 45% do Sistema Rodoviário Federal (SRF), abrigados sob a



Eliseu: proposta favorece a integração nacional e o desenvolvimento

denominação de Rede de Integração Nacional (Rinter). Essa será a malha rodoviária básica.

Investimentos

O projeto aprovado autoriza a União a realizar investimentos nas rodovias que foram estudadas com base na MP 82/02, mas nunca transferidas aos 14 estados envolvidos.

O novo Sistema Viário Nacional (SVN) terá malha ferroviária com 46.327 quilômetros, dos quais apenas 28.831 quilômetros estão em operação. O Sistema Ferroviário Federal (SFF) equivalerá a 38,4% do rodoviário e 85,2% da Rinter. Estão autorizados dois ramais para trem-bala. Já o Sistema Hidroviário Federal (SHF) vai dobrar de tamanho, chegando a 56.594 quilômetros. Os portos fluviais serão 215 e as eclusas, plataformas que tornam navegáveis alguns trechos de rios, somarão 26. Os portos marítimos foram estabelecidos em 47 e os aeroportos, em 69.

Conforme acordo feito em CPI, dados sobre pessoa investigada deverão ser fornecidos à autoridade em 24 horas, no caso de risco à vida de menor

Teles facilitarão acesso a dados sobre pedófilos

AS EMPRESAS TIM, OI/Tele-
mar e Brasil Telecom as-
sinaram ontem termo de
cooperação para dar maior
celeridade no fornecimento
de dados, solicitados pe-
la Justiça, sobre pedófilos
que atuam na internet.
Em reunião da Comissão
Parlamentar de Inquérito
da Pedofilia, o documento
também foi assinado pelo
presidente do Senado, Gar-
ibaldi Alves, pelo presidente
da CPI, Magno Malta (PR-
ES), e por representantes
da Polícia Federal, do Mi-
nistério Público, do Comitê
Gestor da Internet e da
Safernet Brasil.

As informações sobre pes-
soa investigada por crime
praticado pela internet contra
criança e adolescente deverão
ser fornecidas em até três dias
pelas empresas, mediante re-
quisição da autoridade policial
ou judicial. Esse prazo cairá
para 24 horas quando houver
risco à vida dos menores, e
para duas horas quando se
tratar de risco iminente.

Adaptações

As empresas que assinaram
o termo terão um ano para
fazer as adaptações técnicas
de forma a viabilizar o forne-
cimento das informações nos
prazos previstos no acordo.
Segundo o documento, os
dados cadastrais de usuários
e os de conexão deverão ser
armazenados por três anos.

Magno Malta lamentou a
ausência de outras empresas
de telecomunicação e prove-
doras de acesso à internet,
que participaram de diversas reu-
niões para elaboração do termo.
Visando esclarecer os motivos
da ausência, a CPI aprovou
requerimento de convocação
de representantes da Vivo,
Claro, Associação Brasileira de
Provedores de Internet (Abra-
net), Associação Brasileira de
Concessionárias de Serviço
Telefônico Fixo Comutado
(Abrafix), IG, Myspace, NET,
Telefônica, Terra e UOL.

Além de Garibaldi, Virgí-
nio de Carvalho (PSC-SE), Edu-
ardo Azeredo (PSDB-MG) e
Paulo Paim (PT-RS) também
destacaram a importância do
acordo como forma de ampliar
os mecanismos de combate
à divulgação de pornografia
infantil na rede mundial.



Garibaldi Alves, entre Magno Malta (D) e Eduardo Azeredo, assina o termo de cooperação firmado com empresas de telecomunicação

"CPI da Pedofilia é admirada no exterior"

"O trabalho admirável da CPI da Pe-
dofilia transcendeu nossas fronteiras e tem
provocado a admiração de outros países."
Assim o presidente do Senado, Garibaldi
Alves, saudou a celebração do acordo com
empresas de telecomunicação, visando
reduzir os prazos de fornecimento de
dados sobre pedófilos que usam a inter-
net. Garibaldi lembrou outras realizações
do colegiado, como o acordo firmado
em julho com o Google e a sanção, em
novembro, de lei que teve origem em pro-
posta da comissão parlamentar de inqué-
rito criminalizando a posse de material
pornográfico.

– Quero reafirmar o apoio da Presidên-
cia do Senado a essa CPI e agradecer a
colaboração das empresas de telecomuni-
cação, que mostram disposição de fazer
investimentos para poderem adequar seus
processos às novas tecnologias de apura-
ção dos crimes de pedofilia – afirmou.

Eficiência

Garibaldi Alves recebeu do presiden-
te da CPI, Magno Malta, o relatório das
atividades realizadas pelo colegiado desde
sua criação, em março. O presidente do
Senado elogiou a agilidade demonstrada
pela CPI e destacou que o trabalho desen-
volvido se diferenciava daquele observado
em outras comissões de inquérito criadas
na Casa, que não chegaram a resultado
algum.

– Esta CPI mostra que é possível fazer
um trabalho de investigação sério, de
forma mais objetiva e eficaz.

Ao agradecer o apoio do presidente do
Senado, Magno Malta destacou a reper-
cussão do trabalho da CPI. "Nos nove me-
ses de atividade, esta CPI já teve a virtude
de acordar a sociedade para a dimensão e
a gravidade da pedofilia", frisou.

Projeto fixa regras para provedores

A CPI da Pedofilia aprovou ontem
projeto regulamentando a forma, os
prazos e os meios de preservação e
fornecimento de dados de internautas
investigados pela prática de crimes con-
tra crianças e adolescentes. A proposta
foi acolhida logo após a formalização
de termo de cooperação assinado por
empresas de telecomunicação, Minis-
tério Público, Polícia Federal, Comitê
Gestor da Internet e Safernet Brasil.

Se transformadas em lei, as novas
regras valerão para fornecedores de
serviço de acesso à rede mundial de
computadores, como provedores e em-
presas de telecomunicação, e de serviço
de conteúdo ou interativo. A proposta
determina que sejam armazenados,
pelas empresas, dados sobre a conexão
internet, o assinante ou o usuário e o
conteúdo.

Protocolo

Quanto à conexão, o projeto estabe-
lece que sejam mantidos, por exemplo,
os horários de início e término e a du-
ração do acesso à rede, assim como o
endereço de protocolo de internet (IP,
conforme nome em inglês) e o local de
origem da conexão. O texto propõe ain-
da que a atribuição de um endereço IP
fique condicionada ao prévio cadastro
do destinatário.

A proposta, de iniciativa da própria
comissão de inquérito, determina ain-
da que, no caso de bloqueio do acesso
à internet pela prática de crimes, a
provedora deve preservar as provas e
comunicar o fato às autoridades em até
72 horas. A matéria será submetida à
tramitação no Senado.

Acordo representa "momento histórico"

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno
Malta, classificou como "momento históri-
co" a assinatura de termo de cooperação
visando agilizar o fornecimento de dados
de internautas investigados por pedofi-
lia. Para o senador, o acordo representa
importante instrumento de combate à
divulgação de pornografia infantil.

– Com o advento da internet, os pe-
dófilos colocaram o pescoço para fora,
confiados no sigilo das informações na
rede. O compromisso assumido hoje pelas
empresas que assinaram o termo vai ace-
lerar a prisão desses criminosos e dar mais
proteção às crianças e mais segurança aos
usuários da rede – disse.

Fórum

Magno Malta comentou a participação
brasileira no Fórum de Governança da
Internet, realizado no início deste mês em
Hyderabad, na Índia. O evento, promovi-
do pela Organização das Nações Unidas,
reuniu 1.300 participantes de 94 países.

Conforme informações do senador,
os representantes das diversas nações
presentes ao encontro consideraram de
grande relevância os avanços obtidos pela
CPI da Pedofilia, em especial o acordo fir-
mado junto à empresa Google para acesso
a álbuns fechados do site de relaciona-
mento Orkut.

Num breve balanço dos nove meses
de atuação da comissão parlamentar de
inquérito, Malta também destacou a lei
sancionada em novembro pelo presidente
Lula que criminaliza a posse de material
pornográfico envolvendo menores.

– Agora, o Brasil não fará apenas busca
e apreensão nas operações contra pedó-
filos implementadas pela Polícia Federal,
mas poderá cumprir mandados de prisão
contra os criminosos – comemorou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio
Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Romeu Tuma • Mão Santa
• José Nery • Alvaro Dias

COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de
Comunicação Social:** Helival Rios
Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e
Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e
Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado
pela equipe de jornalistas da Secretaria Agên-
cia Senado e poderá ser reproduzido mediante
citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade,
Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima
e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

José Cruz



Arthur Virgílio afirma que carga tributária corresponde a 36% do PIB

Virgílio: economia não precisava da CPMF

Um ano sem a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), 40 anos da edição do Ato Institucional 5 (AI-5), a crise financeira mundial e a posse da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) na presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Esses foram os assuntos que levaram ontem o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), à tribuna do Plenário.

– Ficou provado que a economia brasileira não precisava da CPMF – afirmou Virgílio, lembrando que o Brasil já ostenta uma carga tributária “elevadíssima”, da ordem de 36% do seu produto interno bruto (PIB).

O senador lembrou que há 40 anos os senadores reuniam-se no Plenário para discutir a ditadura e se posicionar contra o AI-5. No mesmo discurso, avaliou que, apesar da visão otimista do presidente Lula, o país já enfrenta as consequências da crise financeira.

Arthur Virgílio ainda elogiou a posse de Kátia Abreu na presidência da CNA e disse acreditar que a nova dirigente deverá estabelecer uma “parceria muito boa entre o Senado e a confederação”.

José Cruz



Paulo Paim ressalta importância de cantores que pregam a paz

Paim diz que música “permite sonhar”

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem o papel da juventude em defesa dos direitos humanos e a importância dos cantores, cantoras e grupos musicais que cantam a paz, a união e a fraternidade. Para o senador, os jovens fazem da música “um sentido para sua existência no mundo por eles sonhado, de justiça e de esperança”.

– Os jovens, brasileiros ou não, estão dizendo que a música pode sensibilizar multidões em torno de ideais comuns e em torno dos direitos humanos para que haja justiça, igualdade e dignidade para todos – declarou.

Segundo Paulo Paim, a música pode despertar o amor, e se não houvesse música “pouco haveria para sonhar”. Além disso, ela embala compromissos com o próximo e suscita a solidariedade.

Inspirado em e-mail de uma adolescente endereçado a ele, o parlamentar gaúcho mencionou a citação de um dos integrantes do grupo RBD: “Para que fazer guerra se a paz não custa nada?”, e outras frases “ditas por jovens e levadas a milhares de outros jovens de todos os cantos do planeta”.

Relator, Dornelles afirma que o IVA-Nacional proposto no documento de sua autoria é mais amplo que o imposto defendido no projeto elaborado pelo governo

Subcomissão da Reforma Tributária acolhe relatório

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA de Reforma Tributária encerrou seus trabalhos ontem com a aprovação do relatório apresentado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que propõe a criação do Imposto sobre o Valor Adicionado Nacional (IVA-Nacional).

O presidente do colegiado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), informou que o documento será entregue hoje à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – no âmbito da qual a subcomissão, instalada em abril do ano passado, funcionava.

Dornelles afirmou que o IVA-Nacional, que considera uma das principais sugestões do relatório, seria mais amplo do que o IVA-Federal defendido pelo governo em sua proposta de reforma tributária.

O imposto sugerido pelo Executivo engloba quatro tributos federais: a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); a contribuição para o Programa



Jereissati (E) e Dornelles durante a reunião de encerramento dos trabalhos

de Integração Social (PIS); a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide); e a Contribuição Social do Salário Educação. No entanto, o relator da proposta de reforma tributária na Câmara dos Deputados excluiu a Cide do IVA-Federal, que continuaria a existir de forma independente.

Já o IVA-Nacional inclui esses quatro tributos e ainda acrescenta outros, como o Imposto sobre Circulação de Mercan-

dorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Tanto o governo federal quanto a subcomissão argumentam que a criação de um imposto sobre o valor adicionado resultaria na simplificação do sistema tributário nacional.

O vice-presidente da subcomissão, Neuto de Conto (PMDB-SC), e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também estiveram presentes à reunião.

Jonas Pereira



Ao lado de Renato Casagrande, Paulo Lopes (E) participa de sabatina

Indicação de diretor da ANA vai ao exame do Plenário

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a indicação presidencial do nome de Paulo Lopes Varella Neto para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga de Oscar de Moraes Cordeiro. A mensagem com a indicação vai ao Plenário.

O indicado é geólogo, com pós-graduação em Hidrologia Subterrânea pela Universidade Politécnica de Barcelona. Atualmente, exerce os cargos de coordenador da Unidade de Gestão do Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (Proágua Nacional) e superintendente de Implementação de Programas e Projetos, ambos no âmbito da ANA.

O relator da indicação, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), ressaltou que a formação técnica e acadêmica e a experiência

profissional de Paulo Lopes representam fatores que garantirão o êxito de sua gestão à frente da ANA.

Jefferson Praia (PDT-AM) lembrou que cidades amazônicas como Manaus e Belém têm bairros com problemas de abastecimento de água e de saneamento básico.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reivindicou a implantação de um sistema hidroviário que garanta a navegação, apesar da construção das hidrelétricas.

Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu que os fazendeiros em cujas propriedades rurais haja nascentes recebam incentivos para protegê-las.

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), faz parte da trajetória da ANA a continuidade de gestão integrada para harmonizar a escassez de água no Nordeste com a abundância de água no Norte.

Comissão aprova auditoria do TCU em call centers

A realização de uma auditoria de natureza operacional nos setores administrativos das agências reguladoras que prestam serviços de atendimento por telefone aos usuários dos serviços por elas regulados foi aprovada pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Segundo o requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES), o objetivo da auditoria, a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), é verificar a eficiência desses serviços. O senador argumenta que a imprensa tem denunciado falhas graves na prestação de serviços de *call centers* por órgãos da administração pública e, principalmente, por agências reguladoras.

Balanço

Ao encerrar a última reunião de 2008, o presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), fez um balanço das atividades da comissão, que realizou 20 reuniões ordinárias, dez extraordinárias e seis conjuntas, 15 audiências públicas, e aprovou 18 projetos de lei e 35 requerimentos.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o trabalho intenso da CMA, “tomando o partido de quem não tem voz nem vez”, foi eficaz para melhorar a qualidade de vida do cidadão. Já Jefferson Praia (PDT-AM) ressaltou que a questão ambiental representa um dos maiores desafios do mundo moderno e que a CMA tem dado a sua contribuição nessa área.

CCJ retoma hoje debate sobre cotas

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), teve que suspender, na tarde de ontem, audiência pública destinada a debater o projeto (PLC 180/08) que reserva metade das vagas em universidades federais e escolas técnicas para quem cursar integralmente o ensino médio em escolas públicas. No mesmo horário, o Congresso estava reunido para votar o projeto do Orçamento da União para 2009. Logo a seguir, o Plenário do Senado também começou a votar projetos. Regi-

mentalmente, comissões não podem se reunir quando há votação em Plenário.

Com a sala da CCJ lotada por representantes de organizações que defendem as cotas, Marco Maciel explicou longamente por que a CCJ não poderia realizar a audiência pública, apesar de haver quórum para a reunião. Ao final, o senador decidiu suspender, e não encerrar, a reunião, convocando sua continuação para a manhã de hoje, com a mesma finalidade.

Anistia

Também presentes à reunião, demitidos de empresas e órgãos extintos durante o governo Fernando Collor pediram a aprovação de projeto de lei (PLS 372/08) do senador Lobão Filho (PMDB-MA) que reabre prazos para que os servidores públicos e empregados de empresas, autarquias e fundações demitidos durante aquele período possam requerer anistia e, assim, conseguir novamente seus empregos. Lobão Filho entende que o prazo de 60 dias dado pelo governo em 1994 foi muito pequeno e nem todos os demitidos ficaram sabendo da possibilidade de anistia. O projeto está na pauta da CCJ.

Marco Maciel afirmou que tentará realizar uma reunião hoje, após a audiência sobre a proposta de cotas em universidades, para votação de projetos.

Márcio Kolumbe

Na comemoração dos 60 anos do documento instituído em 1948 pela ONU, senadores lembram que vários princípios da carta ainda são desrespeitados

Suplicy defende asilo para Cesare Battisti

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou, na sessão especial comemorativa dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enviou carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Justiça, Tarso Genro, manifestando apoio ao pedido de asilo político para o italiano Cesare Battisti, ex-militante de esquerda condenado à prisão perpétua na Itália. Conforme Suplicy, a anistia está de acordo com a declaração.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (DEM-PI) ressaltaram documento da OAB do Piauí com denúncias de violação dos direitos humanos por parte do governo estadual.

Ao falar pelo PSB, Renato Casagrande (ES) observou que o sistema capitalista produz "prejuízos enormes" em relação aos direitos humanos.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lembrou que a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, libertou seus escravos cinco anos antes da Lei Áurea. Na mesma cidade, a professora Celina Viana foi a primeira mulher brasileira e latino-americana a votar, acrescentou a parlamentar.

Inácio Arruda: falta de moradias contraria carta

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que os problemas relacionados à segurança pública e à falta de educação, assistência médica e moradias dignas ferem os direitos humanos. A afirmação ocorreu durante a sessão que celebrou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Marina Silva (PT-AC) frisou que o sistema democrático é o mais adequado para que os direitos humanos sejam respeitados. Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu o fortalecimento de políticas voltadas para o combate à violência contra as mulheres.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou que a declaração representa "um dos momentos mais especiais da Humanidade". Mas reconheceu que ainda há uma distância muito grande entre o que está explicitado no documento e a vida real de milhões de pessoas.

Flávio Arns (PT-PR) afirmou que a sociedade brasileira deve lutar para que os direitos humanos ocorram "aqui e agora em todo o país". Ele lembrou que os direitos sociais devem caminhar lado a lado com os direitos humanos.

Declaração dos Direitos Humanos é homenageada

O SENADO COMEMOROU ontem, em sessão especial, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída no dia 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Primeiro orador da sessão, o senador José Nery (PSOL-PA), um dos autores do requerimento para a homenagem, lamentou o fato de muitos dos princípios fixados no documento continuarem a ser desrespeitados, inclusive no Brasil, com práticas como o trabalho escravo. O parlamentar estranhou que brasileiros que torturaram e mataram compatriotas durante o período da ditadura militar permaneçam

impunes.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que também subscreveu o requerimento, afirmou que todos os artigos da declaração estão atrelados à educação, inclusive o 1º, segundo o qual todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

– Os seres humanos nascem iguais biologicamente, mas necessitam da educação para serem de fato livres e iguais – salientou.

De acordo com o senador, sem educação, o ser humano não se encaixa, na prática, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso só irá ocorrer, na sua visão, quando

as pessoas tiverem acesso a uma educação de qualidade, igual para todos.

Integraram a Mesa o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República; Antônio Augusto Cançado Trindade, juiz eleito da Corte Internacional de Justiça; Kim Bolduc, representante, no Brasil, das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e Antonio Narciso Pires de Oliveira, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná. A sessão especial ainda contou com a presença de embaixadores e de pessoas ligadas a entidades que lutam pelos direitos humanos.



João Pedro, Kim Bolduc, da ONU, Cristovam (de pé), José Nery e Antônio Augusto Cançado, da Corte Internacional de Justiça

Princípios são "sinal de sensatez", diz João Pedro

Na sessão especial que comemorou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, João Pedro (PT-AM) afirmou que a atualidade do documento obriga todos os governantes a refletir esse ato. Para o senador, é hora de serem reafirmados os princípios que constam na declaração, considerada por ele como "sinal de sensatez" da Humanidade.

– Estamos aqui, 60 anos depois, no Senado Federal, com uma representatividade de organismos internacionais, da sociedade civil organizada, com senadores refletindo sobre esse documento tão importante e tão atual – afirmou João Pedro.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que é preciso ampliar a visão de direitos humanos e incluir nesses princípios temas que vão além dos apontados pelo senso comum.

– É nosso dever proteger a democracia brasileira, consolidá-la e aperfeiçoá-la. E isso só ocorrerá se soubermos cobrar desde a solução dos problemas maiores, que atingem todos, até os problemas que parecem menores, mas não são pequenos para quem os vive.

Para Arthur Virgílio, o brasileiro tem clara consciência de que não há ditadura. O senador lembrou, no entanto, que o Brasil continua enfrentando problemas, como a tortura nas prisões, a destruição do meio ambiente, os sistemas de transporte de massas desumanos e o desrespeito aos direitos do consumidor.

– Não há proteção de direitos humanos sem moradia justa, sem emprego, sem direito à livre opção sexual. É preciso combater em todas as frentes. Combater o racismo presente, mas disfarçado nas piadas e nas relações de trabalho.

Simon elogia ingresso de Cuba no Grupo do Rio

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou, na sessão especial que homenageou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como "muito importante" a decisão tomada terça-feira pelos 18 países latino-americanos que formam o Grupo do Rio de permitir o ingresso de Cuba na organização. A resolução ocorreu durante encontro, na Costa do Sauípe (BA), da Cúpula da América Latina e do Caribe.

Simon disse ainda esperar que o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, atenda ao pedido de movimento internacional no sentido de que seu primeiro ato seja o fechamento da penitenciária de Guantánamo. A prisão localiza-se em território americano em Cuba e nela estão detidos prisioneiros de várias partes do mundo acusados de terrorismo. Segundo o senador, o presídio é "a maior vergonha da Humanidade".

Paulo Paim (PT-RS) propôs que em 10 de dezembro seja comemorado o dia internacional em defesa da qualidade de vida. Nessa data, sugeriu, seriam debatidos temas como erradicação da fome no mundo, moradia, humanização de presídios, previdência social para todos e trabalho com salário justo.

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou que basta ver a situação das penitenciárias brasileiras para se ter a certeza de que os direitos humanos não estão sendo respeitados.

Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), se as pessoas cumprissem o ensinamento de Jesus, não haveria necessidade de se falar em tortura e em violação aos direitos humanos.

Paulo Vannuchi elogia decisões sobre o tema

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, disse que o Senado vem conduzindo bem o debate sobre direitos humanos. A afirmação foi feita na sessão em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Entre os projetos de lei aprovados na Casa a respeito do tema, Paulo Vannuchi citou a legislação que combate o trabalho escravo (e que aguarda complementação na Câmara dos Deputados), leis que protegem os direitos dos povos indígenas e as que combatem a tortura.

O ministro disse ainda que investir em programas de educação no âmbito dos direitos humanos é "o mais estratégico dos veios".

A representante da ONU no Brasil, Kim Bolduc, afirmou que, com a redemocratização do país, o Parlamento brasileiro tornou-se ator essencial na incorporação dos direitos humanos à ordem política e jurídica nacional.

– Esta Casa tem a missão de transformar os princípios da declaração em leis que dêem sentido concreto a cada um dos artigos do documento.

Cançado aponta influência em outros textos

Ao discursar na sessão especial, o jurista Antônio Augusto Cançado Trindade ressaltou que a Declaração Universal dos Direitos Humanos influenciou outros documentos ao redor do mundo, como textos constitucionais e tratados internacionais.

O jurista disse que se criou, de forma gradual, uma consciência universal a respeito dos direitos humanos, especialmente na área jurídica. Ele registrou que, seis décadas após o surgimento da declaração, o tema ocupa lugar central nas agendas de todo o mundo.

– Gerações sucessivas de seres humanos reconheceram na declaração uma meta comum a alcançar, que dava expressão a suas mais profundas aspirações.

Cançado foi eleito para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça, órgão judiciário da Organização das Nações Unidas (ONU). O tribunal, composto por 15 juízes, é sediado em Haia, na Holanda, e é o único com jurisdição geral para tratar de casos entre Estados. Antônio Trindade é o quinto brasileiro a integrar a corte.